
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aos Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL- MSGÁS.
Campo Grande-MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL- MSGÁS., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL- MSGÁS., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 26 de janeiro de 2017.





Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 2016 E 2015

(Em mil reais - R\$)

ATIVO	NE	31/12/16	31/12/15	PASSIVO		31/12/16	31/12/15
CIRCULANTE		45.310	90.381	CIRCULANTE		32.292	45.104
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 18	13.504	54.669	Fornecedores	10	17.328	30.903
Contas a receber de clientes	6	16.669	31.380	Empréstimos e Financiamentos	12	4.396	4.396
Estoques		1.075	981	Obrigações fiscais		1.618	2.099
Impostos a recuperar	5	630	512	Obrigações sociais		3.293	3.035
Partes relacionadas	7	12.952	2.482	Adiantamentos de clientes	11	2.163	1.081
Outros créditos		480	357	JSCP a pagar	15	935	544
				Dividendos a pagar	15	2.147	2.646
				Outras contas a pagar		412	400
ATIVO NÃO CIRCULANTE		150.771	118.035	NÃO CIRCULANTE		136.405	130.914
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		34.485	458	Empréstimos e Financiamentos	12	35.171	39.567
Outros Créditos - CAIXA	8	34.190	0	Partes relacionadas	7	88.703	76.242
Impostos a recuperar	5	295	458	Adiantamentos de clientes	11	10.415	10.344
INTANGIVEL CONCESSÃO		116.286	117.577	Tributos diferidos		2.116	4.761
Intangível	9	116.286	117.577	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.384	32.398
				Capital Social		12.775	12.775
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	7	4.106	9.243
				Reserva Legal	15	1.329	680
				Reserva de Lucros		0	9.700
				Dividendos Adicionais Propostos		9.174	-
Total do ativo		196.081	208.416	Total do passivo e patrimônio líquido		196.081	208.416

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGAS

Valnércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGAS



Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2016 e 2015
(Em mil reais - R\$)

	NE	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	16	152.018	308.079
Custos		(116.389)	(270.026)
Lucro bruto		35.629	38.053
Despesas com Vendas		(415)	(489)
Despesas Administrativas e gerais			
Remuneração a Dirigentes, CA e CF		(1.192)	(885)
Salários, Gratificações e Remuneração a Funcionários		(6.956)	(5.925)
Prestação de Serviços PJ		(1.782)	(1.687)
Encargos Sociais - INSS e FGTS		(4.024)	(3.524)
Doações e Patrocínios de caráter cultural		(12)	(167)
Alimentação ao Trabalhador		(1.122)	(1.083)
Demais Impostos, Taxas e Contrib. Exceto IR e CS		(1.581)	(2.036)
Aluguéis		(673)	(739)
Desp.c/ Veículos e de Conserv.de Bens e Instalações		(221)	(262)
Propaganda e Publicidade		(167)	(155)
Amortização sobre outros ativos intangíveis		(583)	(473)
PCLD - Perdas em créditos de liquidação duvidosa		(4)	(432)
Provisão para Férias e 13º Salário de Empregados		(2.381)	(2.013)
Assistência Médica, Odont.e Farmácia a Empregados		(941)	(807)
Outras Receitas Operacionais		4.221	4.159
Outras Despesas Operacionais		(1.868)	(2.737)
		(19.286)	(18.766)
Resultado antes do resultado financeiro		15.928	18.798
Resultado financeiro líquido		4.176	5.172
Resultado antes da tributação sobre o lucro		20.104	23.970
Contribuição Social		(2.046)	(1.836)
Imposto de Renda		(5.658)	(5.058)
Lucro líquido do exercício antes das participações		12.400	17.076
Participação no Resultado - empregados	14	(395)	(634)
Participação no Lucro - administradores	14	(35)	(42)
Lucro líquido do exercício		11.970	16.400
Reversão dos juros sobre capital próprio JSCP		1.009	587
Lucro líquido do exercício após a reversão JSCP		12.979	16.987
Número de ações do capital social		12.775	12.775
Lucro líquido por ação do capital em mil reais R\$		1,0160	1,3297

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS


Validécio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO EM 2016 E 2015
(Em mil reais - R\$)

DENOMINAÇÃO	Capital Social	Reservas		Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	12.775	0	0	0	11.065	(3.373)	20.467
Reserva Legal		680				(680)	0
Outras Reservas de Lucros			9.700			(9.700)	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial					(1.822)		(1.822)
JSCP Juros sobre Capital Próprio						(588)	(588)
Dividendos obrigatórios 25%						(2.646)	(2.646)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP						16.987	16.987
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.775	680	9.700	0	9.243	0	32.398
Reserva Legal		649				(649)	-
Dividendos Adicionais Propostos			(9.700)	9.174		(9.174)	(9.700)
Ajuste de Avaliação Patrimonial					(5.137)		(5.137)
JSCP Juros sobre Capital Próprio						(1.009)	(1.009)
Dividendos obrigatórios 25%						(2.147)	(2.147)
Lucro Líquido do Exercício após Reverão dos JSCP						12.979	12.979
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	12.775	1.329	0	9.174	4.106	0	27.384

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Rudel Espíndola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS

Valnidércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS

CNPJ 02.741.679/0001-03
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO EM 2016 E 2015
(Em mil reais)

	31/12/16	31/12/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes da provisão para CSLL e IRPJ	20.104	23.970
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização	14.850	11.977
Custo residual do ativo intangível baixado	-	(120)
PCLD Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	432
Participação nos lucros de empregados e administradores	(430)	(676)
Reversão dos juros sobre capital próprio	1.009	587
	35.537	36.170
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (Redução) em contas a receber	14.707	(4.045)
(Aumento) Redução em estoques	(94)	(217)
Aumento (Redução) em impostos a recuperar	45	7.202
(Aumento) Redução em outros créditos	(34.313)	(85)
(Aumento) Redução em partes relacionadas	(10.470)	(804)
Aumento (Redução) em fornecedores	(13.575)	(1.937)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e sociais	(223)	1.686
(Aumento) Redução em adiantamento de clientes	1.153	32
(Aumento) Redução em outros passivos circulantes	12	(4.151)
(Aumento) Redução em partes relacionadas	4.679	1.738
Total das variações de ativos e passivos	(38.079)	(581)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(7.704)	(6.894)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(74)	(43)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(10.320)	28.652
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em ativo fixo	(13.751)	(34.573)
Baixa do ativo intangível	192	793
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(13.559)	(33.780)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Apropriação de Financiamentos (principal)	-	24.451
Amortização de financiamentos (principal)	(4.396)	(2.198)
Juros sobre capital próprio pagos	(544)	-
Dividendos pagos	(12.345)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	(17.285)	22.253
Redução líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	(41.164) ✓	17.125 ✓
Variação líquida no exercício		
Disponibilidades no início do exercício	54.668	37.543
Disponibilidades no final do exercício	13.504	54.668
Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas	(41.164) ✓	17.125 ✓
(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)		

Rudel Espindola Trindade Junior
 Diretor Presidente
 MSGAS

Valnércio Ferreira Leonel
 Contador CRCMS 3.294/O-4
 MSGAS



CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO EM 2016 E 2015
(Em mil R\$)

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro Líquido	12.979	16.987
Realização de Ajuste de avaliação patrimonial - adequação ao valor justo	(7.782)	(2.761)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.646	939
Resultado abrangente total	7.843	15.165

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)


Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS


Valnércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS



CNPJ 02.741.679/0001-03

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DO EXERCÍCIO EM 2016 E 2015
(Em mil reais)

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
(1) Receitas		
. Vendas de produtos e serviços	186.195	363.334
. Outras receitas operacionais	4.221	4.159
PCLD Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4)	(432)
	<u>190.412</u>	<u>367.061</u>
(2) Insumos adquiridos de terceiros		
. Matérias-primas consumidas	(119.146)	(297.304)
. Outros Custos de produtos e serviços vendidos	(2.911)	(2.739)
. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(4.465)	(5.497)
	<u>(126.522)</u>	<u>(305.540)</u>
(3) Valor Adicionado Bruto (1-2)	<u>63.890</u>	<u>61.521</u>
(4) Retenções		
. Depreciação e amortização	(14.850)	(11.977)
. Aproveitamento crédito PIS COFINS	488	-
(5) Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3-4)	<u>49.528</u>	<u>49.544</u>
(6) Valor adicionado recebido em transferência		
. Receitas financeiras	6.773	6.890
(7) Valor adicionado a distribuir (5+6)	<u>56.301</u> ✓	<u>56.434</u> ✓
(8) Distribuição do valor adicionado		
(8.1) . Pessoal e encargos	17.162	14.896
(8.2) . Impostos, taxas e contribuições	23.899	22.682
(8.3) . Aluguéis	673	738
(8.4) . Juros e encargos financeiros	1.588	1.131
(8.5) . Lucro adicionado	12.979	16.987
Valor adicionado distribuído	<u>56.301</u> ✓	<u>56.434</u> ✓

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)


Rudel Espindola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS


Valnércio Ferreira Leonel
Contador CRCMS 3.294/O-4
MSGÁS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 29 de julho de 1998, com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21/05/1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07/07/2004 sob a forma de sociedade por ações, a companhia é uma sociedade de economia mista, e seus objetivos são:

Executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A companhia iniciou suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

De acordo com o contrato de concessão todas e quaisquer obras, instalações de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxas de retorno não inferiores a 20% ao ano, serão encargos da concessionária.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens, da concessionária reverter-se-ão ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os

demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são fixadas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial e industrial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram originalmente preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com base nas disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia adotou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), posteriormente tornados Resoluções pelo CFC, com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, esses pronunciamentos estão aplicados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e estendidos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentada para fins comparativos.

- Eventos subsequentes

A entidade avaliou os eventos subsequentes até 26 de janeiro de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações pela administração da empresa.

- Moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09 e Lei 12.973/14.

Ativo intangível

A Companhia procedeu, em 2010, a reclassificação dos bens dos ativos: imobilizado e diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas na NBC TG 04 – Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Já a receita de serviços é reconhecida no resultado em função de sua prestação.

Receitas e custos de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), foram reconhecidas conforme a NBC TG 30 – Receitas, que orienta o reconhecimento na proporção dos gastos recuperáveis e estabelece que, quando não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação, não deve ser reconhecido qualquer lucro.

Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação de registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado, se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações reconhecidas no resultado.

As características operacionais e estrutura patrimonial colocam a companhia em um ambiente onde o risco de mercado é pequeno. Os contratos de compra e de fornecimento relativo ao gás das termoeletricas preveem variação cambial, uma vez que estão sujeitos a variação do dólar norte-americano. A administração não utiliza os diversos instrumentos financeiros disponíveis, para proteção dos riscos de mercado.

O risco na compra de gás está relacionado ao fornecimento exclusivo de gás natural por parte da Petrobras.

Com relação aos demais instrumentos financeiros, a companhia adotou os seguintes procedimentos:

- Aplicações financeiras e demais itens de ativos e passivos circulantes os valores representam de forma adequada os seus correspondentes valores de mercado.
- Passivos não circulantes – compostos por recursos obtidos de contratos comerciais e empréstimos específicos para financiamento das redes de distribuição de gás natural, dentro de condições de mercado, com taxas de juros muito atraentes dentre as vigentes. Os saldos contábeis estão muito próximos dos seus respectivos valores de mercado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Ativos circulantes e não circulantes

- Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado e ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos valores de reposição ou realização.

- Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da amortização acumulada e ajustados ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil utilizado para fins de cálculo da amortização.

- Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor, nos termos da NBC TG 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente com base nos balancetes de suspensão, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Demonstrativo do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais.

O DVA foi preparado com base em informações obtidas dos registros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	-	-
Bancos	102	162
Aplicações financeiras	<u>13.402</u>	<u>54.507</u>
Total	<u>13.504</u>	<u>54.669</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de valor. A MSGÁS possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não possui nenhuma operação objeto de *swap* em sua carteira.

As aplicações financeiras em operações compromissadas e em Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis em 31 de dezembro de 2016 de 109,48% e

95,50% e em 2015 de 99,20% e 96,00%, do CDI, tendo como emissores bancos oficiais.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos de tributos a compensar e/ou a recuperar, provenientes ICMS sobre ativos, INSS referente ação judicial sobre pagamentos efetuados sobre faturas de Cooperativas de Trabalho, ISS com pleito administrativo na Prefeitura de Campo Grande e Incentivo Fiscal sobre PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador:

	2016	2015
Circulante		
ICMS a compensar	369	509
INSS a recuperar	170	0
ISS a recuperar	42	0
Incentivo Fiscal PAT 2016	49	0
Outros	0	3
	<u>630</u>	<u>512</u>
Não Circulante		
ICMS a compensar não circulante	<u>295</u>	<u>458</u>
	925	970

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A Companhia contabiliza a Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) correspondente a títulos de clientes pendentes de recebimento, conforme a Política de Cobrança da Companhia. A administração disponibilizou os referidos títulos para a gerência jurídica avaliar e tomar providências quanto à possibilidade de cobrança de tais recursos.

	2016	2015
Clientes	17.092	31.810
PCLD - Prov. de Crédito de Liquidação Duvidosa	<u>(423)</u>	<u>(430)</u>
	<u>16.669</u>	<u>31.380</u>

7. PARTES RELACIONADAS

Está representada por contrato de aquisição de gás natural no ativo, como adiantamento a fornecedores com a filial da Petrobras/Corumbá e no passivo representado por contrato de venda de serviço de distribuição de gás natural, como adiantamento de cliente com a filial da Petrobras/UTE-Três Lagoas. A composição dos saldos atualmente está demonstrada a seguir:

	2016			2015		
	Ativos	Passivos	PL	Ativos	Passivos	PL
Petrobras S.A. - Cliente	-	88.703	-	-	76.242	-
Petrobras S.A. - Fornecedor	12.952	-	-	2.482	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	4.106	-	-	9.243
	12.952	88.703	4.106	2.482	76.242	9.243

A Companhia possui um contrato de Serviço de Distribuição de gás natural, assinado com a Usina Termoelétrica LCP – Luis Carlos Prestes, sediada na cidade de Três Lagoas de propriedade da PETROBRAS. Tal instrumento prevê metas mínimas, a serem atingidas independentemente da quantidade de gás efetivamente utilizada a cada período (“Delivery or Pay”), caracterizando, desta forma adiantamento de cliente. O contrato prevê ainda que o não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à Usina Termoelétrica LCP, neste caso à Petrobras na qualidade de cliente.

Tendo em vista a Quantidade Diária Contratada (QDC) conjugada às regras contratuais previstas para compensação dos adiantamentos acima mencionados, a MSGÁS constatou através de cálculos reais, que a UTE - LCP demandaria tempo superior a 12 meses para absorção dos valores adiantados, desta forma tais valores foram classificados no grupo de Não Circulante.

A UTE – LCP operava sua produção de energia elétrica com circuito aberto, tornando-a comercialmente ineficiente e por sua vez justifica sua baixa média de operação desde a sua implantação em 2001 acarretando adiantamento mensal para MSGÁS em vista de previsão contratual. A partir de outubro de 2011, ela passou a operar com circuito fechado, melhorando exponencialmente assim, a sua eficiência na produção de energia elétrica com menor custo e consumo de gás natural.

Em 2011 e anos seguintes, realizamos periodicamente, adequação do saldo do passivo a valor justo (outros resultados abrangentes) sobre o saldo da conta de adiantamento de cliente – Petrobras S.A., o qual corresponde em 2016 ao valor de R\$ 6.221. Em contrapartida apresentamos no Patrimônio Líquido-PL, líquido dos efeitos tributários e, portanto, devidamente deduzidos dos tributos diferidos nos valores de R\$ 560 e R\$ 1.555, relativos à CSLL e IRPJ, respectivamente, ficando o valor no PL em R\$ 4.106.

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

As aplicações em CDB sem movimentação por período superior a 90 dias foram classificadas no Realizável a Longo Prazo, conforme determina o item 07 da NBC TG 03 emitida pelo CFC.

	2016	2015
Outros Créditos - CAIXA	34.190	-

9. ATIVO INTANGÍVEL

COMPOSIÇÃO	Taxas anuais médias de amortização (%)	2016				2015	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	0%	925	-	925	488		
Edificações	10%	80	(29)	51	33		
Instalações	10%	704	(320)	384	425		
Máquinas e Equipamentos Industriais	10%	493	(311)	182	130		
Veículos	10%	1.407	(459)	948	472		
Móveis e utensílios	10%	917	(495)	422	419		
Computadores e periféricos	10%	2.537	(1.456)	1.081	880		
Instalações/Mat. Instalados	10%	157	(55)	102	115		
Software	10%	2.567	(2.199)	368	367		
Equipamentos de comunicação	10%	660	(178)	482	272		
Equipamentos de segurança	10%	278	(246)	32	58		
SDGN- Ramal Imbirussu Arjona	10%	4.907	(4.897)	10	16		
SDGN- Ramal Três Lagoas	10%	122.031	(41.497)	80.534	17.284		
SDGN- Ramal Campo Grande	10%	73.769	(50.738)	23.031	20.253		
SDGN- Ramal Corumbá	0%	29.090	0	29.090	29.090		
Comodato UFMS	10%	10	(7)	3	4		
Comodato Shopping CG	10%	104	(104)	31	45		
Computadores Leasing 11.638	10%	292	(292)	-	-		
Impairment	0%	(29.090)	-	(29.090)	(29.090)		
Outros intangíveis	0%	7.700	-	7.700	76.316		
		219.569	(103.283)	116.286	117.577		

Na apuração do balanço/2008 foi aplicado o teste do valor de realização do ativo (impairment) nos investimentos relativos ao ramal de distribuição de gás natural para a cidade de Corumbá. Tendo em vista que esta UGC – unidade geradora de caixa, não resultou em retorno do investimento a curto ou médio prazo, aplicamos o procedimento estabelecido na NBC TG 01 – Redução do Valor Recuperável do Ativo do Conselho Federal de Contabilidade, no tocante à constituição de provisão para perda do referido empreendimento no montante de R\$ 29.090.

Alertamos para o fato de que o valor deve ser considerado, para análises, visto que é decorrente de outros fatos que não resultam das atividades normais da MSGÁS.

Em 2008, com base em estudos realizados por consultores independentes contratados exclusivamente com este propósito, os itens do ativo fixo que compõem os ramais de gás natural foram reclassificados no sistema de controle, através da aplicação das novas taxas de amortização resultantes da alteração da vida útil dos bens.

As vidas úteis dos referidos ativos foram revistas e reclassificadas, com inversão do lançamento referente à depreciação inicialmente lançada em 2008.

Em 2012, foi aplicada a interpretação dada aos Contratos de Concessão publicada na ICPC 01 (R1), alinhando-se às demais Distribuidoras de Gás Natural do Brasil, no sentido de considerar a taxa de amortização autorizada pelo Poder Concedente de 10% a.a. sobre os bens do ativo, agora classificados como intangíveis, mediante inclusão como despesa no LALUR em contrapartida com reversão de provisão de CS e IR, correspondente à diferença de depreciação/amortização não computada nos anos base de 2008 a 2012.

10. FORNECEDORES

	2016	2015
Fornecedor - Petrobras S/A	14.833	29.324
Outros	2.495	1.579
Total de Fornecedores	17.328	30.903

Fornecimento de gás à MSGÁS a partir de 29 de julho de 1998, compromisso com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, seu fornecedor exclusivo de gás natural, de adquirir uma média diária nas seguintes quantidades abaixo descritas, sendo que em 26/05/2008, 30/03/2012 e em 31/10/2014, foram assinados aditivos para adequar os volumes à realidade comercial do Estado de MS, com rampa de volume progressivos a saber:

Rampa de volume progressivos do contrato TCQ com a Petrobras.

Ano	<u>m³/dia</u>
1998	100.000
1999	150.000
2000	250.000
2001	350.000
2002	450.000
2003	550.000
2004	700.000
2005	700.000
2006	700.000
2007	700.000
01/01/08 a 30/04/08	700.000
01/05/08 a 30/06/08	43.911
01/07/08 a 30/11/08	60.154
01/12/08 a 31/12/08	60.324
01/01/09 a 30/06/09	64.698
01/07/09 a 31/12/09	254.758
01/01/10 a 30/06/10	264.658
01/07/10 a 31/12/10	264.658
01/01/11 a 30/06/11	272.658
01/07/11 a 31/12/11	272.658
01/01/12 a 28/02/12	280.000
01/03/12 a 30/11/13	210.000
01/12/13 a 31/03/14	245.000
01/04/14 a 30/10/14	385.000
31/10/14 a 31/08/15	210.000
01/09/15 a 30/09/16	385.000
01/10/16 a 30/06/20	446.000

11. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Corresponde aos recebimentos antecipados dos clientes, a saber:

Clientes CP - Curto Prazo	2016	2015
a) ADM do Brasil Ltda	736	-
b) Brascooper - Take or Pay	115	115
c) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas	1.302	940
d) Outros	10	26
	<u>2.163</u>	<u>1.081</u>
Clientes LP - Longo Prazo	2016	2015
a) Sitrel Siderúrgica Três Lagoas	<u>10.415</u>	<u>10.344</u>
	10.415	10.344

Os contrato comercial com a Brascooper prevê adiantamento financeiro para os meses em que o volume de gás natural consumido for maior que o volume de gás natural contratado, o qual, é compensado em meses seguintes, quando o consumo mensal for menor que o contratado.

Com a cliente Sitrel – Siderúrgica Três Lagoas Ltda, partir de outubro de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de gás natural a qual efetuou adiantamento com base na Portaria nº 79 de 08/12/2010 da AGEPAN - Agência Reguladora dos Serviços Públicos no Estado, que autoriza a participação financeira de terceiros na aquisição de materiais e serviços necessários para a efetivação de pedido de ligação ao sistema de distribuição de gás natural canalizado o qual possui um saldo no valor de R\$ 11.456 (R\$ 1.041 CP + R\$ 10.415 LP). Este valor é amortizado mensalmente a título de ressarcimento financeiro previsto contratualmente, através da equação “volume em m³ consumido/mês pelo cliente x tarifa padrão” até exaurir o saldo do adiantamento. A tarifa padrão inicial foi estabelecida em R\$ 0,0776/m³ e será atualizada anualmente pelo IGPM/FGV e o saldo do adiantamento foi atualizado à taxa de 10% a.a. até 14/10/2016, o qual foi aditado e os juros foram suspensos até o final de 2017.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato de financiamento com o Banco do Brasil S.A. com recursos oriundos do Fundo Institucional de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) no valor de R\$ 46.162, sendo que em dezembro de 2013 foi liberada a 1ª parcela, no valor de R\$ 11.272, em março de 2014 foi liberada a 2ª parcela no valor de

R\$ 10.439, em abril de 2014 foi liberada a 3ª parcela no valor de R\$ 8.500 e em julho de 2014 foi liberada a 4ª e última parcela no valor de R\$ 15.952, destinado ao financiamento para construção de ramal de distribuição de gás natural (gasoduto), com início na Avenida Youssef El Jarouche, percorrendo 44 km até a Rodovia BR 158, Km 231 em Três Lagoas para atender o cliente Eldorado S.A., produtora de papel celulose. A taxa de juros é de 4,12% a.a. com desconto de adimplência de 15%, resultando efetivamente uma taxa de 3,5% a.a. com carência de 18 meses para iniciar o pagamento do principal e encargos correspondentes. No período de carência, trimestralmente foram exigidos os juros incidentes sobre o total do contrato. Em 2016 foram amortizados R\$ 8.840 de capital e juros conforme cronograma de pagamento contratual.

	2016	2015
FDCO - Banco do Brasil	39.567	43.963
	2016	2015
Curto Prazo	4.396	4.396
Longo Prazo	<u>35.171</u>	<u>39.567</u>
Total	39.567	43.963

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e cível em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos é “possível”, conforme informado pelos seus assessores jurídicos.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

Obrigações Fiscais

A Companhia não tem contingências fiscais, sendo que os valores devidos são referentes ao movimento normal, incidentes sobre as apurações e recolhimento mensais da rotina operacional.

Obrigações Sociais

As provisões de férias e encargos (INSS e FGTS) são apropriadas mensalmente à razão de 1/12 avos a partir da admissão.

A partir de 2015 foi aprovada a Política de Participação no Lucro e Resultado, denominada PLR. Dentre as regras, foram estabelecidos índices de realização de metas a serem alcançadas durante o decorrer do ano, sendo:

- Indicadores Econômicos
 - Margem de contribuição (R\$)
 - EBTIDA
 - Investimentos
- Indicadores de Mercado
 - Volume de vendas não térmico m³/ano
- Indicador de Operação
 - Diferença de medição total limitada em + ou (-) que 1,5%

O cálculo é realizado a partir do Lucro Líquido verificado pela empresa, após o lançamento dos tributos incidentes sobre o lucro, excluídos quaisquer lançamentos relativos à reversão de juros sobre capital próprio e reversão de incentivos fiscais, e antes de considerar os efeitos no resultado da própria PLR.

Participação no Lucro e Resultados	2016	2015
Participação no Lucro (Diretores)	35	42
Participação nos Resultados (Empregados)	395	634
	430	676

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social ao final de 2016 está representado por 12.775.000 ações nominativas sem valor nominal, sendo 4.258.333 ordinárias e 8.516.667 preferenciais assim distribuídas.

	%	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Governo de MS	51%	2.171.750	4.343.500	6.515.250
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	2.086.583	4.173.167	6.259.750
		4.258.333	8.516.667	12.775.000

	2016	2015
Quantidade de Ações Ordinárias e Preferenciais em Mil	12.775	12.775
Lucro Líquido apurado em R\$ mil	12.979	16.987
Lucro Líquido por ação em R\$ mil	1,0160	1,3297

a. Capital

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo, cumulativo, de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ação, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos obrigatórios, se este for superior ao mínimo;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia;
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.

b. Reserva de Capital

Não há Reserva de Capital constituída.

c. Reserva Legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, a constituição da reserva legal foi na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital e tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

Foi constituída a Reserva Legal (5%) no valor de R\$ 648, a qual passou a ter um saldo acumulado de R\$ 1.329, utilizando o Lucro apurado de R\$ 12.979.

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo de 25%, disposição essa contida na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio sobre os quais há incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de

15%, exceto para o acionista imune, Estado de Mato Grosso do Sul. Os juros sobre o capital próprio são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pelas normas contábeis.

Os 25% de Dividendos obrigatórios foram constituídos da seguinte forma:

	%	JSCP	Dividendos	Total 25%
Governo do Estado de MS	51%	515	1.095	1.610
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	49%	<u>420</u>	<u>1.052</u>	<u>1.472</u>
		935	2.147	3.082

e. Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial

Constituído mediante contrapartida com a conta de adiantamento de clientes – Petrobras S.A., tendo em vista a diferença da tarifa média praticada ao longo do contrato com a que se praticou ao final do exercício, ajustada conforme cálculos reais realizados, no valor de R\$ 6.221 em contrapartida com a conta de adiantamento de clientes – Petrobras S.A., devidamente deduzidos dos tributos diferidos de CSLL e IRPJ nos valores de R\$ 560 e R\$ 1.555, respectivamente, totalizando o montante líquido de R\$ 6.221.

f. Lucros e/ou (Prejuízo) Acumulado

Com a adoção dos critérios legais para análise do valor recuperável do ativo, e sua aplicação em 2008, houve significativo impacto contábil no Patrimônio Líquido, em vista da baixa dos ativos referente ao Ramal de gás natural instalado em Corumbá (35 km) no valor de R\$ 29.090.

Em 2016 o Lucro apurado foi de R\$ 12.979.

16. RECEITA BRUTA E RECEITA/CUSTO DE CONSTRUÇÃO

a. A receita bruta é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás:

	2016	2015
Receitas		
Receita com venda de gás	177.717	347.734
Receita com venda de serviços	<u>8.478</u>	<u>15.599</u>
Receita Bruta	186.195	363.333
Deduções incidentes sobre vendas		
(-) ICMS	(20.607)	(41.439)
(-) ISS	(424)	(780)
(-) PIS	(2.345)	(2.325)
(-) COFINS	(10.801)	(10.710)
Soma das deduções	<u>(34.177)</u>	<u>(55.254)</u>
Receita líquida R\$ mil	152.018	308.079

b. A Receita e Custos de Construções são apresentados para atender ICPC 01 (R1)

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

A MSGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a MSGÁS integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, da NBC TG 17 – Contratos de Construção e da NBC TG 30 – Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, mas as transações de onde fruirão os benefícios não podem ser mensuradas confiavelmente, pois os clientes não têm consumo fixo de gás.

Receita de Construção	10.380
<u>Custos de Construção</u>	<u>(10.380)</u>
Receita Líquida	-

c. Despesa por Função e Natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função, conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

Despesas por função apresentada no DRE	2016	2015
Custos	116.389	270.026
Despesas administrativas e gerais	24.352	22.925
	<u>140.741</u>	<u>292.951</u>

Despesas por natureza	2016	2015
Compra de gás	96.489	253.229
Custo de operação e manutenção	6.121	5.293
Amortização	13.779	11.504
Despesas com pessoal	17.045	14.238
Despesas com materiais e serviços	487	2.842
Outras despesas operacionais	6.820	5.845
	<u>140.741</u>	<u>292.951</u>

17. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

18. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e as respectivas apropriações de receitas e despesas, contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Para enquadramento às normas do IFRS 7, a Companhia necessita classificar a mensuração do valor justo de acordo com níveis hierárquicos que reflitam significância dos índices, conforme segue:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado anteriormente, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias, em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração conforme tabela abaixo.

(R\$ mil)	2016		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(I) Caixa e equivalentes de caixa	13.504	13.504	54.669	54.669
(II) Contas a receber	16.669	16.669	31.380	31.380
(II) Partes relacionadas - Ativo	12.952	12.952	2.482	2.482
Ativos financeiros totais	43.125	43.125	88.531	88.531
(II) Fornecedores	17.328	17.328	30.903	30.903
(II) Partes relacionadas - Passivo	88.703	88.703	76.242	76.242
(II) Empréstimos e financiamentos	39.567	39.567	43.963	43.963
Passivos financeiros totais	145.598	145.598	151.108	151.108

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros

- (I) Ativo ou Passivo Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
- (II) Empréstimos e recebíveis

Campo Grande, 31 de dezembro de 2016.



Rudel Espíndola Trindade Junior
Diretor Presidente
MSGÁS



Valdircio Ferreira Leonel
Gerente de Contabilidade
Contador - MSGÁS
CRC-MS 3.294/0